

ACOMPANHE NESTA SEÇÃO A RESENHA DO TEXTO:

FARIA, Ana Lúcia Goulart de e MELLO, Suely Amaral (orgs). *LINGUAGENS INFANTIS: Outras formas de leitura*. Polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

POR MÁRCIA BUSS SIMÃO*

Este livro é o primeiro dos dois volumes que compõe a publicação do III Seminário Linguagens na Educação Infantil realizado durante o 14o COLE em julho de 2003. O livro trata de temas ligados à pedagogia da infância numa perspectiva não antecipatória da escolarização e não marcada pela preparação para o ensino fundamental. Tem como foco de discussão a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade e não o ensino. É composto de artigos que trazem pesquisas, reflexões e experiências envolvendo as diferentes linguagens das crianças.

No prefácio do livro, escrito por Luiz Percival Leme Britto com o título: Educação Infantil e Cultura Escrita, o mesmo justifica sua participação nesta publicação pelo fato de comungar da “insubordinação aos modelos de educação acomodatória ou adaptadora à lógica da dominação”. O autor traz uma forma revolucionária de compreender o processo de aquisição da escrita. Enfatiza a necessidade de compreendermos o fenômeno da escrita com uma visão mais ampla, em que é necessário considerar que “a escrita foi produzida principalmente em função da necessidade de registro da propriedade e do fluxo do comércio. Desenvolveu-se e sofisticou-se à medida que a sociedade de classes, (...) expandiu-se”. Assim, o autor defende a idéia de que a escrita não tem somente a função de comunicação, mas surgiu com o poder, surgiu para garantir a posse, a propriedade, a diferença, o controle da mercadoria, sendo muito tardia na história da cultura escrita a utilização deste instrumento como veículo de comunicação. O autor ainda traz um segundo aspecto para discussão, que é a escrita como uma poderosa tecnologia de expansão da memória. Enfatiza que é importante trazer para o debate a possibilidade de uma educação para a submissão versus uma educação para a insubordinação, pois, se a escrita tem sua origem no poder, ensinar a escrita “como se fosse apenas um objeto neutro é reproduzir a própria lógica da dominação e da fragmentação e, mesmo sem consciência, ensinar um valor”. Do mesmo modo pontua ainda duas tendências que de formas distintas, sustentam a perspectiva alienante da educação para a submissão: o pragmatismo pedagógico de um lado e do outro a posição elitista conservadora que, não compreendendo a dimensão maior dos processos sociais e das formas de reprodução social enfatiza que, “se deve ensinar a literatura erudita para as crianças, ensinar-lhes a língua culta, a norma culta. Culto aparece no discurso como se não fosse expressão de classe, como se fosse uma dádiva divina, ou então, como patrimônio universal da humanidade, desvinculado daqueles que o produziram”. Para Luiz Percival “antecipar o ensino das letras, em vez de trazer o debate da cultura escrita no cotidiano, é inverter o processo e aumentar a diferença”.

Ana Lúcia Goulart de Faria faz a apresentação deste primeiro volume e destaca a complexidade da pedagogia da Educação Infantil que, como “campo de conhecimento vem revolucionando teorias educacionais de ‘mão única’ centradas no ensino (e não na educação) e no professor que ensina alunos e alunas” (p. 2). Salienta que este livro tem a pretensão de contribuir com a formação dos professores que, atentos às diferentes formas de leitura e de comunicação que as crianças têm mostrado, buscam indicações de especificidades para o trabalho e compreensão destas crianças pequenas.

No DEBATE UM, Maria Cristina Rizzoli desenvolve o artigo com o título: *Leitura com letras e sem letras na Educação Infantil do norte da Itália*. Neste artigo Maria Cristina traz a experiência da rede pública de educação infantil da cidade de Bolonha, no norte da Itália com livros e crianças pequeninhas. Segundo a autora os pedagogos e educadores de Bolonha assumiram a importância do livro para a criança e, essa atitude deu indicativos ao município de Bolonha para a iniciativa de um trabalho, no qual, são exploradas as várias possibilidades que o livro oferece. No artigo a autora traz com riqueza de detalhes estas várias possibilidades que o livro oferece para as diferentes idades, desde crianças com idade de seis meses, dois anos, bem como com crianças maiores. Salienta que alguns princípios têm orientado esse trabalho. Em primeiro lugar, o princípio da compreensão de que o livro é um instrumento de conhecimento, mas também é o veículo para fomentar o relacionamento. Em segundo lugar, a percepção de que o livro é um objeto a ser explorado e que ajuda a criança a inventar e construir outras histórias. E em terceiro lugar, a compreensão de que o livro também é uma ocasião para a criança viver aventuras emocionantes que constituem a chave de acesso ao mundo da imaginação.

No DEBATE DOIS, Suely Amaral Mello desenvolve o artigo com o título: *O processo de aquisição da escrita na Educação Infantil*. A autora parte da idéia de que muito do trabalho que se tem desenvolvido com as crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, principalmente, no que se refere a aquisição da escrita, carece de uma base científica, assim busca nos estudos e conhecimentos de Vygotsky essas contribuições. Sugere que, com os novos conhecimentos sobre os processos de desenvolvimento das crianças, busque-se uma inversão no processo de contaminação que até hoje tem sido predominante e passemos a “deixar contaminar o ensino fundamental com atividades que julgamos típicas da educação infantil” (p. 24). Ao longo do artigo Suely enumera e discute sugestões e atividades que no geral são vistas, na escola, como improdutivas, mas que “são essenciais para a formação da identidade, da inteligência e da personalidade da criança, além de constituírem as bases para a aquisição da escrita como um instrumento cultural complexo” (p. 24). A autora enfatiza a contribuição de Vygotsky, o qual pontua que para a realização destas atividades através das quais as crianças se apropriam da cultura, é necessário apontar o caráter ativo da criança que aprende. A mesma defende a idéia de que a escrita tem que ser mais uma das linguagens de expressão das crianças e que estas linguagens não podem estar separadas, nem entre si, nem de experiências significativas que tragam conteúdo à expressão das crianças nas diferentes linguagens.

No DEBATE TRÊS, Melissa Cristina Asbahr discute os livros de auto-ajuda para crianças. O artigo intitula-se: *Lá vem a história*, e a autora traz para discussão a ideologia contida neste tipo de literatura a qual, transpõe questões de origem social, política ou estruturais a explicações psicológicas. Melissa salienta que uma das características

marcantes dessa literatura é que são “permeados pelo discurso neoliberal, os textos de auto-ajuda incentivam concepções individualistas que tendem a culpabilizar as pessoas por tudo que lhes acontece na vida” (p. 43). Uma grande contribuição deste artigo é nos alertar sobre este tipo de literatura que, como fala a autora, compartilha com “literatura” só no nome, pois enquanto a literatura trata de temas universais, articulando-os quanto ao modo de dizê-los, numa construção plena de sentidos múltiplos, tendo a ver com a arte da palavra, com polissemia, a literatura de auto-ajuda caracteriza-se como diretiva, imperativa, com discurso prescritivo, pretendendo ordenar, aconselhar, dirigir as ações de seus leitores. Assim este artigo nos auxilia a conhecer as diferentes produções voltadas às crianças, para melhor lidar com as possibilidades de leituras das mesmas.

No DEBATE QUATRO, Heloísa Helena Pimenta Rocha traz análises dos discursos e práticas que, intentaram fazer da criança objeto de intervenção higiênica e disciplinar, sendo o título de seu artigo: A Higienização da infância no “século da criança”. O presente artigo traz uma significativa contribuição para a compreensão da história da educação infantil, no qual a autora interroga acerca das representações produzidas pelos médicos-higienistas brasileiros sobre as crianças pequenas e sua educação. A autora traz como fonte de análise as obras produzidas pelo médico higienista carioca Dr. Oscar Clark, centrando sua análise naqueles que eram considerados, pelo autor, os direitos das crianças pequenas, bem como nos objetivos a que, em sua concepção, deveria visar a educação infantil. A análise destas obras torna-se relevante para a compreensão da educação infantil brasileira, pois, constituem “Representações e estratégias que tiveram uma larga difusão a partir do final do século XIX, orientando todo um conjunto de iniciativas voltadas para os propósitos de disciplinamento e controle social” (p.82).

No DEBATE CINCO, Mônica Appezzato Pinazza traz o artigo: Os pensamentos de Pestalozzi e Froebel nos primórdios da pré-escola oficial paulista: das inspirações originais não-escolarizantes à concretização de práticas escolarizantes. A autora aborda neste artigo dados históricos do processo de implantação da educação pré-escolar em instituições oficiais no Brasil e, mais especificamente no estado de São Paulo, ocorridos no final do século XIX e início do século XX. Em sua análise focaliza as configurações das práticas educativas para a faixa etária da pré-escola que, sofreram influência da pedagogia de Froebel, bem como das escolas primárias brasileiras que, receberam influência da pedagogia de Pestalozzi. No entanto, a autora pontua que, não só no Brasil como também em outras partes do mundo, “esteve em vigor uma dada representação da prática educativa que determinou o privilégio de certos aspectos de suas teorias em detrimento de outros mais considerados originalmente pelos filósofos” (p. 90). Tratando especificamente da apropriação das idéias da Pedagogia de Froebel, destinada às crianças menores de 7 anos, intervém acentuando que sua efetivação prática aproximou-se do modelo de ensino escolar e teve sua prática reduzida aos dons e ocupações, distanciando-se dos princípios originalmente anunciados por Froebel.

No DEBATE SEIS, Zeila de Brito Fabri Demartini encerra este volume com o artigo: Relatos orais sobre a infância e o processo de alfabetização. Neste artigo a autora privilegia os relatos orais de professores/as sobre a infância e sobre o processo de alfabetização no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Através dos relatos orais são abordados como estes/as professores/as representam a infância e o que contam sobre os

jardins-de-infância, sobre as escolas e sobre como se viam como alfabetizadores/as. Os dados dos relatos trazem questões para a discussão de realidades atuais como a diferenciação ou não do atendimento de crianças de zonas rurais e urbanas, bem como a diversidade das classes sociais das crianças atendidas, a idade legal considerada adequada para se alfabetizar, o predomínio atual de professoras mulheres que trabalham com a educação infantil, as questões referentes à prática pedagógica inerente à educação infantil, entre outras, que ainda necessitam de mais pesquisas e permanecem abertas para discussões.

•
*Pesquisadora do NEE0A6 anos e mestranda do PPGE da UFSC